



## Tribunal de Contas do Estado do Acre

### ACÓRDÃO N° 2.974

**NATUREZA DO FEITO:** Processo n.º 13.779.2001-98-TCE.  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia-AC, exercício de 2000.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Raimundo Nonato Pessoa de Oliveira.  
**RELATOR:** Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Regularidade com Ressalvas. Notificação do responsável e cientificação a Augusta Câmara Municipal. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerar **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício orçamentário e financeiro de 2000, de responsabilidade do Senhor Raimundo Nonato Pessoa de Oliveira, valendo como ressalvas as incorreções contábeis apontadas e os gastos com serviços de terceiros que ultrapassaram o limite estabelecido no art. 72 da LRF, mas não comprometeram o equilíbrio fiscal nela estabelecido. Após as anotações de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Antes, porém, **notifique-se** o responsável e **cientifique-se** a Augusta Câmara Municipal de Acrelândia para desta decisão tomarem conhecimento. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Francisco Diógenes de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 11 de Dezembro de 2003.

  
Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE.

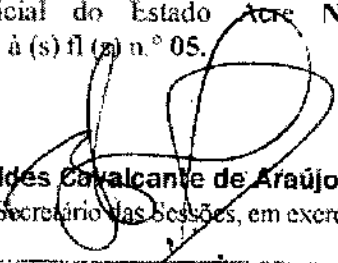
  
Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Relator

Fui presente:

  
**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do M.P.E/TCE/AC.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**

Este documento foi publicado no  
Diário Oficial do Estado Acre N.º 8.715, de  
26/01/2004 à(s) fl (s) n.º 05.

  
**Euclides Cavalcante de Araújo Bastos**  
Secretário das Sessões, em exercício



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**PROCESSO** : 13.779.2001-98  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas da Câmara Municipal  
de Acrelândia-AC, exercício de 2000  
**RESPONSÁVEL** : Senhor Raimundo Nonato Pessoa de  
Oliveira.  
**RELATOR** : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício de 2000, encaminhada tempestivamente a esta Corte de Contas, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Nonato Pessoa de Oliveira**, Presidente da Mesa Diretora, à época.

Ditas contas vieram separada da do Poder Executivo, que de acordo com o entendimento da Corte, as mesmas deve ser objeto de julgamento.

Após o registro e autuação, o processo foi devidamente instruído pela 2ª IGCE, que produziu o Relatório Técnico de **fls. 114/126**, seguido do Parecer da Auditoria a cargo da ilustre Auditora, **Dra. Maria de Jesus Carvalho de Souza (fls. 138/139)** dando conta de todo o apurado.

- 1- O orçamento previsto pela Lei Orçamentária Anual - LOA, nº 158/1999, consignou o valor de **R\$-290.000,00**, destinado à manutenção das atividades do Poder Legislativo Municipal, sendo efetivado no final do exercício os repasses no valor de **R\$-133.666,83** (Cento e trinta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos) para uma despesa executada em igual valor.



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

- 2- Os Gastos com pessoal, ficou aferido em **5,64%**, percentual abaixo do limite máximo permitido pela **LCF nº 101/2000**, que é de **6%**, da receita corrente líquida do município. Também, ficou evidenciado o cumprimento do art. 29, inciso VII, da Constituição Federal, vez que a remuneração dos Vereadores, atingiu o percentual de **4,33%**, abaixo da previsão legal que é de **5%** da receita do município.
- 3- Quanto as despesas com **Serviços de Terceiro**, prevista no art. 72 da Lei de Responsabilidade fiscal, a Câmara Municipal de Acrelândia, não foi capaz de reduzir no exercício analisado o percentual previsto na legislação pertinente, uma vez que gastou o equivalente a **0,86%** da receita corrente líquida, o que não poderia ultrapassar a **0,72%**. No entanto, o mencionado art. 72 da LRF, define o prazo de três exercícios para que os Órgãos possam se ajustar a nova norma legal.
- 4- De resto, ficou constatado pela análise da Auditoria, falhas de natureza formais na elaboração dos Balanços Orçamentários e Financeiros, que devem ser reparados pela origem.

Diante de todo o apurado, opina a ilustre Auditora, pela aprovação das **Contas com ressalvas**, face as incorreções contidas nos Balanços e ainda sugere a aplicação de multa ao gestor, tendo em vista o descumprimento do **art. 72 da Lei de Responsabilidade fiscal**, que disciplina os gastos com serviços de terceiros.

Instado para defesa a respeito das falhas apontadas, o gestor apresentou em seu favor, as justificativas



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

às fls. **147**, que embora tempestiva, não foram capazes de justificar no todo, as falhas detectadas no relatório técnico.

Remetido os autos ao MPE, este se manifestou por sua ilustre Procuradora-Chefe, Dra. **Anna Helena de Azevedo Lima**, às fls. **151/152**.

É o Relatório.

Rio Branco-Acre, em 11 de dezembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
**Relator**



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**PROCESSO** : 13.779.2001-98  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia-AC, exercício de 2000  
**RESPONSÁVEL** : Senhor Raimundo Nonato Pessoa de Oliveira.  
**RELATOR** : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

**CONCLUSÃO E VOTO**

Visto, analisado e discutido o presente processo, e ainda consubstanciado no Relatório Técnico e Parecer da Auditoria de fls. **114/126** e **138/139**, respectivamente e Parecer do MPE, às fls. **151/152**, e em tudo mais que dos autos constam, concluo votando, nos termos do art. 51, inciso II, da LCE nº 38/93, considerando **REGULARES COM RESSALVA**, as Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício de 2000, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Nonato Pessoa de Oliveira**, valendo como ressalva, as incorreções contábeis e o descumprimento do **art. 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal**, face haver excedido os **gastos com serviços de terceiros**, previsto na norma legal.

Compartilhando com o entendimento do MPE, declino da aplicação da multa sugerida pela ilustre Auditora, face o mencionado **art. 72 da LRF**, que trata dos gastos com serviços de terceiros, definir o prazo de três exercícios para que os Órgãos possam se ajustar a nova norma, vez que a aludida Lei, foi editada em maio de 2000, quando já em curso, estava a execução orçamentária e financeira do exercício ora analisado.



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

Após as anotações de estilo, pelo arquivamento dos autos, antes porém, notifique-se o responsável e cientifique-se a Augusta Câmara Municipal de Acrelândia, para desta decisão tomarem conhecimento.

É como voto, Senhor Presidente, e Senhores Conselheiros.

Rio Branco-Acre, em 11 de dezembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
**Relator**